

ESTADO DE SERGIPE CÂMARA MUNICIPAL DE SALGADO Diretoria Financeira



LEI PROMULGADA Nº 748/2020 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2020

> Fixa os Subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, do Procurador Geral e dos Secretários Municipais para o período da legislatura de 2021 a 2024 e dá providências correlatas.

> rica ce Subelsipe de Prenie, de Mes-

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALGADO, ESTADO DE

SERGIPE, através de iniciativa da mesa diretora, no uso das atribuições que lhe são conferidas, com fulcro nos artigos 29, VI e VII, 29-A, I, § 1º, e 37, XI e XII da Carta Magna, artigo 20, III e 22 da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno, aprovou e Eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

- Art. 1º Os subsídios dos agentes políticos abaixo indicados, para a legislatura a iniciar-se em 1º de janeiro de 2021, são assim fixados, nos termos da Constituição Federal, a serem pagos mensalmente, em parcela única, de:
- I Prefeito Municipal: R\$ 30.386,70 (trinta mil, trezentos e oitenta e seis reais e setenta centavos);
- II Vice-Prefeito Municipal: R\$ 20.257,80 (vinte mil, duzentos e cinquenta e sete reais e oitenta centavos);

PO, all a MR na tei Complemen ar of 104 (Lef 6:

Lai Carra de Lacinal e Acelmente Inter y entre tra



APROVADO

Em. 09 11 2020

Juarez Andrade Morais

Diretoria Financeira

III – Procurador Geral do Município: R\$ 7.596,67 (sete mil, quinhentos e noventa e oito reais e sessenta e sete centavos);

- IV Se cretários Municipais: R\$ 7.596,67 (sete mil, quinhentos e noventa e oito reais e sessenta e sete centavos);
- §1º Os valores acima mencionados só serão pagos se estiverem em consonância com os demais limites constitucionais, nos termos dos artigos 29, VI e VII, 29-A I, § 1º e 37, XI e XII. Da Constituição Federal.
- §2º Os subsídios ora fixados serão revistos por Lei específica, na mesma data e com o mesmo índice dos Servidores Públicos Municipais, nos termos do inciso X do art. 37 da Constituição Federal.
- §3º Fica assegurada ao Prefeito e Vice-Prefeito a percepção do abono de férias e da décima terceira parcela dos subsídios, desde que atendidos os requisitos constitucionais.
- §4º Fica autorizado o pagamento do décimo terceiro salário e terço de férias, ao Procurador Geral e aos Secretários Municipais, sendo vedada a qualquer outra espécie de gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, conforme §4º do art. 39 da Carta Magna.
- §5º Ao Vice-Prefeito nomeado ou designado para função na administração direta ou indireta do município, ser-lhe-á facultada a opção entre o subsídio do cargo de Vice-Prefeito e o da função para qual for nomeado ou designado.





Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das verbas próprias do orçamento do Poder Executivo.

Art. 3° - Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos jurídicos a partir de 1° de janeiro de 2021.

Câmara Municipal de Salgado, em 09 de novembro de 2020.

Juarez Andrade Moraes

Presidente

Jatiana de Oliveira Rodrigues Custodio
Primeira Secretária

Amaral Valeriano da Silva Segundo Secretário